

ENTREVISTA

**Rosalina Santa Cruz*:
uma trajetória radical
de lutas e resistência**

Rosalina Santa Cruz: a radical trajectory of struggles and resistance

Ana Inês Simões C. de Melo*
Monica de Jesus Cesar**

Rosalina de Santa Cruz Leite, conhecida no meio acadêmico-profissional como Rosalina Santa Cruz, é assistente social, doutora em Ciências Sociais, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com publicações nas áreas de gênero, direitos humanos e crianças e adolescentes. Rosalina Santa Cruz personifica memórias de lutas e resistências. Durante a ditadura civil-militar, em 1972, foi presa e torturada, no Rio de Janeiro, ao lado de seu companheiro à época. Integrante da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), Rosalina perdeu seu irmão, Fernando Santa Cruz, preso político e desaparecido desde 1974. Devido a sua incessante busca para descobrir o paradeiro de seu irmão, Rosalina foi novamente presa em 1974 e levada para o DOI-Codi/SP, onde foi barbaramente

.....
* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, S.P., Brasil, E-mail: rsantacruzleite@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0580-0667>.

** Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Rio de Janeiro, R.J., Brasil, E-mail: iness@infolink.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6624-5751>.

*** Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Rio de Janeiro, R.J., Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3395-5087>.

DOI: 10.12957/rep.2022.68589



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

torturada. Em liberdade, retomou sua luta incansável para saber as circunstâncias do assassinato de seu irmão, que foi reconhecido e atestado pelo Estado brasileiro através da Comissão Nacional da Verdade. Sua trajetória de lutas, portanto, é emblemática de um tempo histórico – de violência e, sobretudo, de resistência nos porões da ditadura – que nunca deve ser esquecido, para que a tortura e os crimes cometidos jamais sejam banalizados. Esta resistência, Rosalina manteve firme em sua trajetória posterior, como mostra a entrevista que, gentilmente, nos concedeu e que aqui é compartilhada.

Em Pauta – Você tem um uma longa e diversificada inserção política. Considerando esta trajetória pessoal, profissional e de militância, como a política foi se configurando como um espaço de luta social para você?

Rosalina – Nasci em Recife, mas cresci em Olinda, sempre a beira mar. Sou de uma família grande, éramos dez irmãos criados com muita liberdade. Meu pai, médico sanitarista, trabalhava no Centro de Saúde de Recife que hoje tem o seu nome – uma justa homenagem a quem muito se dedicou ao seu ofício. Papai vinha de uma família do sertão paraibano onde todos os filhos fizeram universidade no começo do século passado. Já minha mãe, da Zona da Mata pernambucana, era dona de casa e não tinha uma formação acadêmica, pois isto era reservado aos filhos homens; entretanto, estudara na casa grande do engenho, com tutora, e gostava muito de ler.

A política surge em minha vida muito cedo, ligada à minha formação num colégio de freiras beneditinas. Tinha eu uns 12 anos quando as freirinhas nos chamaram para ensinar o catecismo nas palafitas e outras comunidades da periferia de Olinda e Recife. Foi muito importante, para as minhas opções políticas posteriores, conhecer como viviam os pobres da minha cidade e ter contato com a injustiça social.

Apesar das freirinhas, nossas mestras do colégio católico onde estudávamos, muito conservadoras, nos explicarem que o fato das pessoas viverem nestas condições era algo “natural”, sempre me soava estranha esta explicação. De fato, elas argumentavam que aquelas pessoas vinham de famílias desestruturadas e que, em sua maioria, eram desmotivadas, muitas porque eram alcoolistas, outras porque eram negras (ou ex escravas); ou seja, justificavam uma espécie de “provação divina”, pois “era delas o reino dos céus” etc. Nunca acreditei que podiam ser as pessoas, elas próprias, as responsáveis pela situação que viviam. Em meio a essas dúvidas e questionamentos, em meu processo de formação, pessoal e político, adotei de início, uma postura assistencialista, movida por sentimentos contraditórios (indignação e compaixão) – comecei a levar cestas básicas e os meus vestidinhos que já não usava mais para as meninas da minha idade que não tinham quase nada.

O caminho natural foi constatar que quanto mais dava, mais faltava. Logo comecei a participar dos grupos de estudos da Juventude Estudantil

Católica (JEC), depois da Juventude Universitária Católica (JUC). Nos grupos de estudo, fui tendo contato com a teoria marxista – ainda que com as características do que chegava até nós, naquele momento –, e comecei a encontrar outras explicações, mais convincentes, sobre as razões da existência da pobreza e da desigualdade em nossa sociedade – capitalista e patriarcal. E, nesta mesma pisada, me filiei a recém-formada Ação Popular Marxista Leninista (APML), onde militei por alguns anos, até me tornar uma ativista da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que defendia a luta armada.

Em Pauta – Conte-nos um pouco sobre sua inserção junto a questão feminista e o papel que esta militância representou em sua trajetória política e qual importância você atribui ao movimento feminista para a democracia brasileira.

Rosalina – Obrigada por me fazer rever trajetórias. Quando juntas, Amelinha Teles e eu, resolvemos contar a história do feminismo no Brasil de 1975 a 1980 – através da releitura dos jornais “Brasil Mulher” e o “Nós Mulheres” e da reflexão sobre a nossa própria vivência feminista, com o livro “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)” – compreendemos o quanto as mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar e se associaram de corpo e alma a luta feminista caracterizavam-se pela irreverência, a paixão e a rebeldia da resistência. Essas mulheres que, com muita ousadia, se autointitulavam feministas, quando ser feminista era considerado “coisa de mulher feia ou mal amada”, fomos protagonistas da retomada do feminismo dos anos de 1970, adotando uma nova forma de pensar e fazer política, buscando politizar as relações cotidianas e transformar a qualidade das relações entre mulheres e homens. Lutamos, também, por liberdades democráticas, pela Anistia e pelo fim da ditadura – bandeiras e lutas que caracterizavam a chamada “segunda onda”¹ do feminismo no Brasil (1975 a 1989). Alavancávamos, também, a partir do feminismo, a luta pela emancipação humana, por uma sociedade socialista de mulheres e homens livres, pelos direitos sociais e pelas liberdades democráticas.

Defendíamos interseccionalidades entre classe, gênero, raça e etnia. Nesse debate, muito importante para compreendermos hoje, criticamente, a questão identitária, podemos recorrer a tese defendida por Heleieth Saffioti, referenciada na corrente marxista que, justamente, a questiona ao construir a metáfora do nó de classe, gênero, raça e etnia. Esta é, basicamente, a forma como Heleieth Saffioti fez para defender que as contradições fun-

¹ Nomenclatura utilizada para demarcar períodos históricos do movimento feminista. É uma noção usada didaticamente, sendo importante considerar que “as ondas” podem levar a leituras com conotações evolucionista e/ou linear ou expressar o mar revolto.

dantes da sociedade capitalista e patriarcal devem ser sempre compreendidas “*enoveladas ou enlaçadas em um nó*”, nunca isoladamente.

Com efeito, mesmo considerando os avanços conquistados pelas mulheres por meio das lutas feministas, o patriarcado ainda é um sistema muito presente nas sociedades capitalistas contemporâneas, tendo apenas tomado novas configurações, pois sua base material, até os dias atuais, ainda não foi desconstruída. Na contemporaneidade, ainda se mostram muito presentes questões que surgem no movimento feminista daquela década, como a defesa de que o privado é público, negando o dito popular “*em briga de marido e mulher não se mete a colher*”, reconhecendo que aquilo que acontece com cada uma de nós, nas nossas vidas privadas, está diretamente influenciado pelo que acontece a todas e todos na esfera pública, isto é, a vida privada faz parte do mundo público e é política.

Quando entramos no mercado de trabalho, ao podermos optar e decidir sobre assuntos referentes à vida cotidiana e pública, devido a nossa condição de trabalhadoras, ganhamos a possibilidade de uma maior autonomia. Todavia, perdemos ao acumular tarefas domésticas com as do mundo do trabalho e por termos salários mais baixos do que os dos homens, mesmo fazendo as mesmas tarefas, o que também pode contribuir para o rebaixamento do salário da própria mão-de-obra masculina.

Por outro lado, na década de 1960, os anticoncepcionais representaram um grande avanço no processo emancipatório das mulheres ao possibilitarem a dissociação entre reprodução e sexo. A pílula mudou o comportamento sexual de mulheres e, depois, o exame de DNA passou a possibilitar a garantia às mulheres de que os homens não podem mais negar a paternidade e com um simples “*não é meu*” – estas descobertas estimulam a revolução sexual, além de se reforçar direitos reprodutivos importantes.

Esse também foi o período da luta pela Anistia Política, no qual nós, mulheres, tivemos um papel importante, principalmente ex presas políticas e familiares de desaparecidos políticos, como eu. Participei, nessa ocasião, dos dois congressos brasileiros pela anistia, um em Salvador e outro em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-São Paulo), em 1978, e, em junho de 1979, da Conferência Internacional por uma Anistia no Brasil, realizada em Roma, na Itália.

E, também, acolhemos a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde participaram intelectuais importantes, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros além de nós, mulheres, como Heleieth Saffioti e outras. De fato, na década de 1980, o feminismo adentra a universidade, momento quando se introduz o conceito de gênero nos estudos sobre as mulheres. É quando começa a distinção entre sexo e gênero, sendo que aquele fica restrito ao seu reconhecimento como uma característica biológica e este, como uma construção social, um conjunto de características e de papéis impostos à pessoa dependendo de seu sexo. Lemos, fizemos grupos de estudos, tivemos uma forte influência das ideias e teorias socialistas/mar-

xistas, como, notoriamente, as defendidas pela russa Alexandra Kollontai (1872-1952); lituana, atuante anarquista e feminista nos EUA, Emma Goldman (1869-1940); a polonesa-alemã Rosa Luxemburgo; a francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) e a alemã Olga Benário (1908- 1942); além das brasileiras Heleieth Saffioti, Elizabeth Souza Lobo, Vera Soares e Amelinha Teles.

O foco das feministas deste momento histórico é a luta de classes e os estudos de gênero. Como marxistas e/ou ex presas, a maioria das feministas desse período se organizou em torno das mulheres operárias, sobretudo ao participarmos de movimentos das periferias contra a carestia e por creches e, também, nos sindicais e partidários. Nós, feministas, tivemos um papel fundamental no movimento pela Anistia (afinal, quem primeiro levanta a luta por Anistia aos presos políticos é uma mulher – Terezinha Zerbini). Lutamos pelo direito ao trabalho em condições iguais aos homens, por direitos reprodutivos e pelo direito de interromper uma gravidez indesejada, por uma sexualidade livre de preconceitos.

Atuamos, também, em conjunto com feministas do Rio de Janeiro, principalmente do jornal “Brasil Mulher”, através da sua sucursal aberta no Rio. Foi aí que a feminista Lúcia Arruda teve o primeiro mandato coletivo do Brasil, além da sua participação em “Fala Mulher” – uma rádio comunitária para divulgar as questões das mulheres. As passeatas/manifestações lúdicas se espalharam por todo o Brasil e foram muito expressivas no Rio e em São Paulo. Outra nova forma de expressão foi o *lobby* do batom – campanha feminista que surge para levantar bandeiras do movimento de mulheres para serem incorporadas à Constituinte. Assim, as feministas da chamada “segunda onda” foram as primeiras a apontarem que, apesar de todas as diferenças entre as mulheres, há algo que nos une e algo que nos separa, como nos afirma Beth Souza Lobo (1991) na conhecida afirmação “o sexo nos une, a classe nos separa”.

Todas as temáticas específicas foram discutidas em congressos do movimento de mulheres, tais como os três Congressos da Mulher Paulista (1979, 1980, 1981). Já, nos encontros feministas organizados pelo movimento, os encontros feministas de Valinhos (1979) e o de Bertioga (1981), se apresentava uma nova forma – com a participação e organização exclusiva de mulheres, não havia mesas, nem palestrantes e as plenárias tinham o formato de rodas de conversa. Além das discussões mais gerais, nestes encontros também ocorriam discussões que giravam em torno de temas como sexualidade, direito ao prazer e às relações paralelas, entre outros também importantes. Não podemos deixar de ressaltar as conquistas de políticas públicas para as mulheres que tivemos, nas esferas municipal, estadual e federal, tais como: delegacia para as mulheres, conselho da condição feminina, coordenadorias e programas na área da saúde, da assistência e de combate à violência, a Lei Maria da Penha e até um ministério.

Em 1990, o movimento feminista passa a ter como foco prioritário as questões da diversidade, da sexualidade e das práticas identitárias

relacionadas à pós-modernidade. No Brasil, um dos movimentos de mulheres mais expressivos, nesse contexto histórico, foi o que se baseia na crítica ao racismo estrutural que nos acompanha desde o Brasil Colônia. São várias as tendências do feminismo nesta “terceira onda”, uma vez que o movimento de mulheres sempre teve um caráter plural, dadas as diferenças de classe, gênero, cor, etnia, sexualidade e identidade. Entretanto, foram o feminismo negro e o feminismo LGBTQIA+ que mais se desenvolveram, não só na academia, como nas ruas e demais espaços políticos; até em sindicatos, partidos, com presença significativa em manifestações populares e, inclusive, na imprensa escrita, falada e televisionada.

Considerando minha trajetória pessoal, em 1986, em São Paulo, algumas feministas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) lançaram uma campanha para a Constituinte. Fui indicada à candidata à Deputada Estadual, pelo PT, numa campanha coletiva e feminista que tinha o seguinte lema “*Sem paixão não dá*” e defendia temas polêmicos, até hoje, como o da legalização do aborto e o da liberdade sexual. Fiz dobradzinhas com vários candidatos “vitoriosos” e outros não; porém, todas e todos muito importantes para a defesa de uma nova forma de fazer política. Considero importante esta incorporação de lutas democráticas específicas às lutas mais gerais, uma espécie de “política do cotidiano”, quando a sensibilidade à questão feminina se articula ao contexto mais amplo.

Relembro aqui, por exemplo, algumas frases dos panfletos comuns de minha candidatura com outros candidatos, inclusive com a defesa de ideias feministas ainda pouco colocadas em campo, tais como: Lula e Rosalina “*acreditam que a luta contra a discriminação, a opressão e a violência contra mulheres, deve ser assumida por todos os trabalhadores*”; Genoíno e Rosalina “[...] *recusam também o conservadorismo moral que nega aos indivíduos uma sexualidade sem dominação e sem discriminação em função de opções sexuais. [...] Rejeitam, igualmente, esta situação hipócrita em que, em nome do direito à vida do feto, milhares de mulheres por complicações de abortos ilegais perdem à sua própria vida por não terem atendimentos especializados garantidos pelo Estado*”; Irede Cardoso e Rosalina – “*Que nossos filhos não matem. Que nossas filhas não morram. Gemidos só os do amor*”; Geraldinho Siqueira e Rosalina – “*Somos a maioria. Somos quem sabe que não é verdade absoluta que todo racista é filho da puta, pois nenhum racista merece a dignidade de tal mãe*” [...]. *Somos quem sabe que racismo é a ditadura racial real de um preconceito que vem desde a senzala. [...] Somos quem sabe que ‘toda forma de amor vale a pena se a alma não é pequena’*”²; Florestan Fernandes e Rosalina – “*Contra a ideia da força, a força da ideia.*”, além de “*Sem feminismo não há socialismo*”.

É assim que vejo as relações quanto aos *slogans* das campanhas políticas, como mencionei acima. E como diz Rosa de Luxemburgo, defen-

² PESSOA, Fernando. Mar português. In: _____. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986

demos um mundo onde “sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Em Pauta – Sua trajetória é marcada também pela experiência de luta política no movimento estudantil e, então, indagamos como esta inserção fez com que você ampliasse sua compreensão sobre a realidade brasileira, principalmente a partir do Golpe de 1964?

Rosalina – Desde minha atuação na Juventude Estudantil Católica (JEC), ainda secundarista, e quando adentrei na universidade, na Juventude Universitária Católica (JUC), que minha atuação no movimento estudantil (ME) ampliou minha compreensão sobre as origens das injustiças sociais na nossa sociedade capitalista e patriarcal. Foi na participação em grupos de estudos do ME, no conhecimento da teoria marxista, na ida a encontros e conferências pelo país afora que se tornava possível viver e conhecer novas formas de vivenciar a juventude e os desafios desta fase da vida. Outro dado importante é lembrar que a principal reivindicação do ME era o ensino universitário público e laico, isto é, inclusive, contra o Acordo MEC-USAID. Éramos anti-imperialistas.

Nesse período – de 1964 a 1968 –, o ME destacou-se como um dos segmentos mais combativos da sociedade brasileira contra a ditadura civil-militar. O ME formou, através de suas atividades de organização, protestos e de eventos culturais, quadros políticos de esquerda que irão participar mais ativamente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) (1968), em um processo de intensa radicalização política.

Particpei ativamente desse movimento estudantil, tendo sido da diretoria do Centro Acadêmico da Escola de Serviço Social de Recife/PE, onde me graduei. Em Recife, o ME teve um apoio grande da Igreja Católica progressista, pois tínhamos como arcebispo, D. Hélder Câmara, e, como coordenador da JUC, o padre Henrique, assassinado de forma cruel pela ditadura.

Creio que cabe aqui mencionar alguns fatos importantes que caracterizam, a meu ver, o ME nacional – episódios que aconteceram nas principais cidades brasileiras, mas com repercussão nacional nesse momento político. Vou citar, a seguir, alguns que, no meu entender, são muito importantes para uma compreensão do ME durante a ditadura de 1964 até 1968, destacando que estes dados foram retirados de depoimentos à Comissão da Verdade da PUC/SP da qual fiz parte: em São Paulo, o confronto que ficou conhecido como a “Batalha da Maria Antônia”, envolvendo os estudantes que faziam pedágio para arrecadar dinheiro para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se realizaria em Ibiúna/SP. Os estudantes do Mackenzie, pertencentes ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Frente Anticomunista (FAC) e ao Movimento Anticomunista (MAC) atiraram

ovos e pedras nos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), reunidos na Faculdade de Filosofia, em frente ao Mackenzie. Teve início ali uma batalha que envolveu grande número de estudantes destas universidades, com duração de dois dias e que terminou com a morte do estudante secundarista José Carlos Guimarães com um tiro de fuzil e dezenas de feridos. Luiz Travassos, presidente da UNE e José Dirceu, presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), conduziram as manifestações de protesto.

A escolha para sediar o 30º. Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, interior de São Paulo foi uma decisão equivocada, uma vez que o grande número de estudantes enviados como delegados logo chamou a atenção. A polícia, já de sobreaviso, não demorou em encontrar o local e prender os cerca de 700 estudantes ali reunidos, impedindo a realização daquele encontro. A maioria foi levada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo os estudantes fichados e soltos, já as lideranças permaneceram presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional.

O assassinato, no Rio de Janeiro, do estudante secundarista Edson Luís, num ato de protesto pelo fechamento do restaurante estudantil “O Calabouço”, resultou numa enorme manifestação de massa. O corpo do estudante morto foi levado para a Assembleia Legislativa, na Cinelândia, e velado durante toda a noite. No dia seguinte, um cortejo de milhares de pessoas percorreu a cidade até o Cemitério de São João Batista aos gritos: “Mataram um estudante, e se fosse um filho seu?” e ao som do estribilho do Hino da República que pede que a liberdade “abra as asas sobre nós”.

Protestos e passeatas aconteceram também em outras capitais do país. A missa de 7º dia de Edson Luís, rezada na Candelária, no Rio de Janeiro, foi seguida por uma repressão violenta da polícia, que fechou estabelecimentos comerciais e montou um cerco à saída da Catedral, perseguindo os manifestantes com cavalaria montada, bombas de gás lacrimogêneo e prisões.

Em junho daquele mesmo ano estouraram greves na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ocupações e agitações nas universidades de São Paulo. Por toda a parte, os estudantes exigiam diálogo com as autoridades acadêmicas e negociações com o Ministério da Educação. Uma enorme assembleia na Reitoria da UFRJ, no Rio de Janeiro, na qual os estudantes debateram sua pauta de reivindicações com o Conselho Universitário, viu-se cercada por uma operação militar de grande envergadura. Ao romper o cerco para abandonar o recinto, centenas de estudantes foram espancados e encurralados na antiga sede do Clube Botafogo, onde foram presos e fichados. A indignação provocada por essa violência injustificável explode nos protestos organizados no centro da cidade do Rio de Janeiro no dia seguinte, que ficaram conhecidos como a “sexta-feira sangrenta”. A polícia dispersou os manifestantes a tiros, causando a morte e o ferimento de um número de pessoas até hoje não identificado.

Daquele ano, também destaco o ato de protesto que se inicia no Rio de Janeiro, a famosa “Passeata dos Cem Mil”, apoiada por religiosos, artistas, músicos e escritores que, ao anunciarem o seu apoio à manifestação, fez com que o governo desistisse de reprimi-la. Esta passeata se estende desde a Cinelândia até a Candelária, percorrendo o centro da cidade até se dispersar, após um comício no qual falaram as principais lideranças estudantis do país.

Finalmente, ao se encerrar o ano de 1968, a promulgação do Ato Institucional n.5 veio liquidar com praticamente toda a atividade política pública nas universidades. Suprimidas as garantias constitucionais como o *habeas corpus*, as lideranças estudantis passaram a ser presas e mantidas nas prisões até serem condenadas sumariamente por quaisquer motivos alegados pela justiça militar, que desde a nova Lei de Segurança Nacional se tornara responsável pelos chamados “crimes políticos”. Por isso, muitos estudantes foram forçados a abandonar as universidades de modo a não serem localizados pela polícia, ou expulsos, pelo decreto 477, que expulsou da universidade professores e alunos, como meu irmão, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Já na PUC/SP, padres, freiras e professores tratavam de proteger os estudantes, negando-se a passar informações, aos agentes policiais, sobre os seus endereços ou turmas que frequentavam. Conta-se, inclusive, que o Reitor Bandeira de Mello mandou avisar a estudantes que estavam sendo procurados pela polícia, recomendando-lhes que fugissem.

Para mim, começa ali uma nova fase na minha militância, da minha vida pessoal e profissional.

Em Pauta – Você realizou um trabalho social, inclusive com incorporação do método de Paulo Freire, junto aos trabalhadores rurais e a Igreja Católica, no qual ocorreu um episódio marcante em sua trajetória e que culminou na sua prisão...

Rosalina – Este foi um momento de ruptura para mim. Concluíra meu curso superior em Serviço Social, em Recife/PE, e me inscrevi e fui selecionada para fazer um curso de seis meses na Venezuela. Para este curso, a Organização dos Estados Americanos (OEA) estava, na época, selecionando profissionais de arquitetura, engenharia e serviço social na América Latina. A ideia era preparar profissionais que, ao voltarem do curso, implantassem programas de autoconstrução em seus países de origem. O mutirão era uma forma de baratear os projetos habitacionais financiados por organismos internacionais para o “terceiro mundo”, pois a mão de obra desempregada ou subempregada existente nestes países, podia construir suas próprias casas.

Voltando da Venezuela fui convidada para trabalhar no Rio de Janeiro, no Banco Nacional de Habitação (BNH). Vivi, então, muitos desafios tanto na política quanto na vida profissional e pessoal, já que mudei para o

Rio de Janeiro e fui morar só em uma grande cidade, além dos vários desafios que a vida me colocou.

Foi nesse momento que, desejando continuar minha vida política, fui visitar o padre Gerson, em Santana do Japuíba, distrito do município de Cachoeiras de Macacu, na Baixada Fluminense – aquela era sua primeira paróquia. Eu o conhecia desde Recife, quando ele ainda era seminarista, fazendo trabalho de Educação Popular com os camponeses da Zona da Mata pernambucana, utilizando o método Paulo Freire para alfabetizar os camponeses, politizando-os.

Padre Gerson, junto com seus paroquianos, todos posseiros, já havia reconstruído a Igreja, construído um pequeno salão comunitário, onde se reuniam aos sábados à tarde e ali formavam grupos onde se discutia política. Já estavam planejando um novo projeto comunitário: uma casa de farinha – coletiva. Logo me enturmei e me integrei ao grupo, muito incentivada pelo padre e aceita pelos camponeses. Como a maioria dos camponeses não sabia ler, propus um grupo de alfabetização pelo método Paulo Freire. Eu já havia alfabetizado adultos por este método em Olinda. Ele superava os tradicionais métodos de alfabetização silábicos, sem relações com a realidade, já que, no método Paulo Freire, o professor não ensina, aprende. Escolhíamos uma palavra-chave para começar a leitura – podia ser tijolo, trabalho, ou, até mesmo, a frase “Vovô viu a uva”, desde que se comesse discutindo o trabalho do vovô e o processo de produção da uva, a fim de enraizar o aprendizado na realidade e experiência concreta das pessoas. Essa foi uma experiência política importante para mim, utilizando o método Paulo Freire – um dos maiores educadores brasileiros e, hoje, com reconhecimento internacional. Alguns anos depois o reencontrei em São Paulo, compartilhando o governo Luiza Erundina – ele, Secretário de Educação; e eu, Secretária de Assistência Social.

Os camponeses, a Igreja representada pelo padre Gerson, eu e meu companheiro filiado a APML e engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), desenvolvemos, portanto, este trabalho. Nenhum de nós desconfiava, a meu ver, o quanto a ditadura acharia a nossa atividade “perigosa e subversiva”, quando em um dia em que estavam alguns camponeses trabalhando na Casa de Farinha, a repressão invadiu o local, matando a bala um camponês – o mais moço e mais entusiasmado de todos. Os demais camponeses, envolvidos na luta por direito a terra, tiveram que abandonar seus lotes e fugiram para as ruas da cidade mais próxima. Conseguimos resgatá-los e ele foram encaminhados, pela organização, para Impe-ratriz, no estado do Maranhão, tendo sido depois, presos e levados para Brasília, onde foram cruelmente torturados. O padre Gerson também foi preso; seus pais, que se sentiam muito honrados com o filho padre, foram expulsos da casa onde moravam. Ou seja, perderam a moradia vinculada a antiga fábrica de tecidos onde o pai do padre Gerson trabalhara até aposentadoria, morrendo depois como indigente.

Eu e Geraldo Leite (meu companheiro) também fomos presos em consequência destas prisões relacionadas àquele trabalho social. Fomos responsabilizados por esta ação junto aos camponeses e fomos submetidos a muitas torturas e, posteriormente, condenados pela Lei de Segurança Nacional a um ano de cadeia, sendo que, quando julgados, já havíamos cumprido a pena. Passamos por todos os tipos de torturas comuns a todas e todos que foram presas(os) neste período de triste memória. O padre e os camponeses foram cruelmente torturados e ficaram por dois anos e meio presos em Brasília em condições horríveis. Eu e Geraldo passamos por interrogatórios intermináveis e a vários tipos de torturas, como pau de arara, muitos choques e a denominada “geladeira” (nus, em celas muito reduzidas, com emparedamento e às escuras, que restringiam, em muito, nossos movimentos e nos roubavam a noção de tempo, com temperaturas muito baixas e sob ruídos ensurdecedores).

Nós, eu e Geraldo, ainda fomos presos, pela segunda vez, em 1974, depois da prisão e desaparecimento do meu irmão Fernando Santa Cruz, que, com 26 anos e estudante de direito da Universidade Federal Fluminense, foi assassinado em um dos centros clandestinos da ditadura civil-militar brasileira e que serviam a interrogatórios, torturas e extermínio de presos políticos no nosso país. Provavelmente foi assassinado na “Casa da Morte”, em Petrópolis/RJ e levado para incineração na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes/RJ³. É preciso, a quem viveu, denunciar para que o horror da ditadura não caia no esquecimento. Minha família, como a de muitos brasileiros, foi muita atingida – além de nós dois, o meu irmão Marcelo também foi expulso da universidade pelo decreto 477. Este decreto expulsou das universidades, além de estudantes, professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique, entre muitos outros.

Nessa minha segunda prisão, eu estava à procura de localizar meu irmão, preso e desaparecido, e ao chegarmos ao nosso apartamento, fomos surpreendidos pelo número de policiais – agentes da Operação Bandeirantes para onde fomos levados – que estavam ali com a menina que cuidava do meu bebê de apenas cinco meses rendida no chão. Quando eu e meu companheiro chegamos, o meu filho, André, estava no berço e, ao nos ver, sorrindo abriu os braços para mim. Um deles pegou o bebê nos braços e dirigiu-se a janela gritando que ia jogá-lo. Eu gritei, gritei, gritei tanto que não conseguia parar, enquanto o André chorava muito e eles nos levaram para a Operação Bandeirantes, na rua Tutoia, aqui em São Paulo. Ali, como no Rio, passamos por torturas, choques na cadeira do dragão e interrogatórios sem sentido, pois eu nem mesmo estava militando naquela ocasião.

³ A respeito, conferir, por exemplo, BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus*: que se apresente o corpo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e, também, GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. [Em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros]. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

Sobrevivi... Lembro do dia que pedi ao torturador: *“me mata, eu não aguento mais”* e ele me tirou o capuz me olhou nos olhos e disse-me: *“eu te mato, se eu quiser e quando eu quiser. Antes vou te fazer em pedacinhos por quanto tempo eu quiser.”* Sobrevivi e hoje sei que não faria esse pedido e se eles me fizeram em pedacinhos, vou colando-os até hoje – viva!

Em Pauta – Queremos também enfocar a profissão de Serviço Social e assim indagamos como você vê a relação entre o trabalho profissional e a militância política. Você acredita que o Serviço Social tem potencial para contribuir para a transformação social?

Rosalina – Como seres humanos que somos vamos construindo, ao longo de nossas vidas, uma visão de mundo que orienta nossas posições pessoais, políticas e profissionais. Todas(os) nós a temos, mesmo que, para alguns, seja inconsciente. Quando, muitas vezes, perguntamos para alguém: – você faz política? A maioria das pessoas acredita que não, normalmente se limitam a responder que votaram nas últimas eleições.

Como assistente social, no exercício da profissão, seja nos cargos na gestão, seja no atendimento direto à população, lidamos com conflitos e contradições intrínsecas à questão social, objeto do nosso fazer profissional. Nossa ação profissional planeja e executa programas, projetos e políticas de direitos humanos e sociais direcionados às demandas de vários setores da sociedade envolvendo Educação, Saúde, Previdência Social, Habitação e Cultura etc. Nossa ação é dirigida prioritariamente aos sujeitos da classe trabalhadora. Trabalhamos com programas sociais cuja provisão de recursos é sempre reduzida a mínimos sociais – a dimensão política da ação profissional é de uma autonomia por demais relativa. Oscilamos, por motivos diversos, entre atitudes “fatalistas” ou “messiânicas” ou, então, de submissão ou de resistência⁴, dado aos limites que encontramos nesta sociedade capitalista.

No capitalismo, como diz Marx, os trabalhadores são forçados a vender sua força de trabalho, por salários, mínimos, e, como todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras assalariados(as) somos regidos(as) por leis trabalhistas que nos dão muito pouca chance de tomar decisões livres, vivendo e trabalhando sob o controle do patrão – o Estado e/ou organizações não governamentais (ONG), privadas, sindicatos, movimentos sociais etc.

Libertar-se, emancipar-se do trabalho e do consumo alienados que a sociedade capitalista nos impõe é condição para nos apropriarmos de nossos sonhos e de nossa história na perspectiva de realizar um trabalho profissional, pessoal e politicamente consequente, baseado em ideais de justiça e liberdade. Em resumo, os(as) militantes lutam contra a hegemonia atual, para

⁴ A entrevistada se refere aqui a conhecida formulação de Marilda Iamamoto, por exemplo, em: IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

que cada um(a) que luta perceba que somos senhores(as) de nossa própria história. Desta forma, é que, se sozinhos(as) somos fracos(as); juntos(as) somos fortes o bastante para transformar o mundo.

Por fim, concordo com o pressuposto de que deve haver uma identificação da atuação profissional com a nossa militância política. Para os(as) profissionais que têm consciência de classe, podemos transformar o trabalho profissional numa ação educativa, que não seja nem vanguardista nem de doutrinação, mas que leve em conta a história, a visão de mundo dos atendidos e os seus processos organizativos e relacionais.

Em Pauta – Complementando a questão anterior, comente sua trajetória como gestora e no trabalho direto com a população.

Rosalina – Como tenho muitos anos de formada e de prática profissional, não poderia falar sobre os desafios de cada uma delas. Porém, tentando ser o mais objetiva possível, vou me deter nas mais significativas para mim: a de gestora na Secretaria Municipal da Assistência Social, no governo Luiza Erundina, e a de Coordenadora do projeto de extensão do curso de Serviço Social da PUC/SP que, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, atendia adolescentes da comunidade de Heliópolis. Intitulava-se “Projeto Socioeducativo Refazendo Vínculos, Valores e Atitudes”, no qual, como professora, procurei, também com este projeto de extensão, desenvolver, na prática cotidiana, a teoria e os procedimentos metodológicos defendidos na universidade. Foram muitos os desafios que enfrentamos.

Participar do governo Luiza Erundina, na condição de Secretária da Assistência Social, fazendo parte de uma equipe de secretários como Paulo Freire, Marilena Chauí, Carlos Neder, Pedro Dallari, José Eduardo Cardoso, Mario Sergio Cortella foi uma experiência desafiadora e de muito aprendizado para todos(as) nós. Realmente funcionávamos como uma equipe, toda semana, às segundas feiras, passávamos o dia reunidos com a prefeita: secretárias(os), e coordenadores(as) regionais de todas as subprefeituras, o que garantia a integração, não só entre as secretarias e a prefeita, mas contribuía como o conhecimento das questões dos territórios e superação de ações isoladas. Essas reuniões aconteciam num espaço fechado onde nos reuníamos e, além das reuniões, almoçávamos juntos e conseguíamos nos tornar uma equipe, respeitando e (re)conhecendo nossas diferenças, as responsabilidades e a necessária integração coletiva. Assim, podemos afirmar que trabalhávamos na ótica da totalidade, numa ação coletiva, enfrentando a questão social em suas múltiplas determinações.

As primeiras e mais importantes decisões desde governo, a meu ver, foram: a primeira, a de inversão de prioridades. Diferente de governos anteriores, ao priorizar a periferia e os mais pobres, as verbas públicas antes investidas em projetos que beneficiavam os bairros mais ricos da cidade

passaram a financiar políticas públicas que se destinavam a diminuir a desigualdade social. E, em seguida, a de criar canais de participação direta da população nas decisões do governo. Dois programas possibilitaram a realização deste objetivo: o orçamento participativo e o governo Itinerante.

Com o orçamento participativo, a população tinha um espaço de decisão e conhecimento de onde e como usar as verbas públicas. Com o governo itinerante, no intervalo de quarenta dias, a cada vez, a sede do governo se deslocava para uma das regiões administrativas da cidade e ali se passava a despachar com a prefeita, os secretários e suas equipes na região – as atividades desenvolvidas procuravam aproximar o governo da população. Com o orçamento participativo e o governo itinerante, a população compartilhava o poder de decisão com seu governo, independentemente de posições políticas e partidos, em um exercício de democracia participativa no seu território.

Com relação ao atendimento direto à população, a maior dificuldade em projetos e programas sociais em geral, a meu ver, é que, na maioria das vezes, quem planeja não constrói junto com quem vai executar. E, mais ainda, a população atendida não participa das decisões com relação aos encaminhamentos das suas demandas. Os programas e projetos dirigidos a esta população são, em sua maioria, focalistas e/ou punitivos. E, muitas vezes, as explicações teóricas para ler e entender a realidade levam muitos profissionais a teorizarem muito e sentirem pouco. Precisamos tanto da empatia quanto da teoria e da ética quando estamos atendendo diretamente a população. Um exemplo: ao atender um adolescente espancado pela polícia porque está doente com dependência química, doença praticamente incurável, letal, mas que precisa de um tratamento longo e pleno de idas e vindas – como restituir sua autoestima para adquirir o controle da doença, quando as recaídas fazem parte? Desculpem, mas, certamente, não estou negando a importância da teoria, só estou reafirmando que faz muita diferença para a pessoa que está sendo atendida, sentir que você, mesmo que não concorde com ela, está do seu lado e não vai julgá-la, pois é seu dever defender seus direitos.

Atos que tomamos, de garantia de direitos ou apenas de apoio ou de empatia, no nosso cotidiano profissional, e que, às vezes, nem lembramos, têm, para quem atendemos, um significado inesquecível. Exemplificando – uma vez recebi um bilhete de um adolescente muito pobre, rebelde, que, quando estava preso, me escreveu: *“Hoje sozinho neste lugar onde sou chamado, não pelo meu nome, mas de ladrão, lembrei daquele dia, [no qual estava com você,] e que fui chamado de ‘senhor’ – a única vez na minha vida que fui chamado, assim, de ‘senhor’ [...] E, escreveu, ainda: ‘foi com vocês que aprendi a ser o homem que sou hoje e a enfrentar a cadeia, a injustiça, sabendo o porquê disso e, por isso, respeitando os que estão aqui – destinos traçados desde que nascemos”* (Morador da comunidade de He-liópolis, 19 anos, e que participava do projeto “Refazendo Vínculos...”, da PUC/SP).

Na universidade, trabalhando com ensino, pesquisa e extensão, como educadora que sou, aprendi mais do que ensinei, enfrentando desafios e tendo muito prazer – preparando futuros profissionais não para se adequar ao mercado, mas para que sejam capazes de recriá-lo.

Em Pauta – Você poderia fazer uma contraposição do processo de redemocratização do país vis-à-vis às investidas (ultra)neoliberais contra os direitos sociais e ao retrocesso político no Brasil no contexto atual?

Rosalina – Ao sair da prisão, eu tinha mais certezas e menos perguntas como as que tenho hoje. De uma forma muito simplificada, eu tinha adquirido na dor, na tortura, na morte, a certeza da derrota do projeto de mudar o mundo como tinha acontecido na China, de Mao Tsé-Tung, no Vietnã e em Cuba. O projeto político da esquerda mundial que romperia com a União Soviética e apostara na luta armada e, até mesmo, as correntes ligadas a Igreja Católica progressista foram destruídas fisicamente e o nosso projeto político derrotado. O número de militantes presos(as), torturados(as) e mortos(as) no mundo, é incontável. Naquele momento, eu tinha a certeza de que o projeto político que nossa geração acreditou tinha sido derrotado e não podia ser retomado com aquela mesma concepção de revolução e a pergunta era: é possível recomeçar com tantas perdas e como recomeçar? – esta é uma pergunta que nos atormenta até hoje.

Hoje? Parafraseando livremente Bertold Brecht, na forma como me lembro agora de seus versos, hoje, *eu vivo em tempos sombrios / a inocência é uma loucura / uma frente sem rugas denota insensibilidade. Que tempos são estes em que falar de flores é quase um crime, pois implica em silenciar tantos horrores?*

Realmente, vivendo o retrocesso que nos vem impondo o governo do genocida eleito e vivendo os crimes e mortes decorrentes da pandemia estamos em tempos de horror, em tempos de guerra. Porém, como nos diz Marilda Iamamoto: *“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”*.⁵

Termino esta entrevista dedicando-a a todas e todos que não a podem ler, por vivermos num país onde 11 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, segundo dados do IBGE, de 2021. Dedico, também, àquelas e àqueles que têm “fome de comida”, filhas e filhos de um país que tem um agronegócio que alimenta o mundo e que seu povo morre de fome pela ganância de poucos. Resistir é preciso, denunciar é um dever!

⁵ IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26ª. ed. São Paulo, Cortez, 2015, p.17.